

A educação de Brasília na Nova República

Judite Cortesão, ecóloga, discute o documento nascido em reuniões na Fundação Pedroso Horta

ADAUTO CRUZ



Judite aprova, em princípio, o documento já lançado

SEVERINO FRANCISCO Da Editoria de Atualidades

Atenção: já foi dado o pontapé inicial para o debate sobre a política de educação a ser implantada no Distrito Federal a partir do próximo governo. A Fundação Pedroso Horta, entidade diretamente ligada ao PMDB, convidou a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação para que promovesse reuniões de educadores objetivando uma discussão sistemática de diretrizes para uma política educacional no DF. E destas reuniões — onde participaram profissionais de educação que atuam no ensino de 1º, 2º e 3º graus e em órgãos do governo — saiu um documento com críticas e propostas. E uma das propostas é precisamente que este documento seja o ponto de partida para um amplo debate sobre a política de educação no DF.

Eis alguns tópicos. A missão fundamental da escola é a transmissão e assimilação do saber escolar, ou seja, do saber sistematizado, dentro de uma realidade concreta. Uma escola democrática supõe que o acesso a esse saber esteja garantido para todos. A escola de 1º grau do DF, à semelhança de outras escolas do País, não está voltada para sua missão fundamental, pois atividades e conteúdos acessórios vêm ganhando peso desmedido. No 1º grau das cidades-satélites as salas de aula das primeiras séries caracterizam-se pelo excessivo número de alunos, sobrecarregando o professor e inviabilizando um ensino de boa qualidade. O ensino público de 1º grau no Distrito Federal mostra um cenário *sui generis* em relação ao restante do País. Revela a insegurança das famílias de maior poder aquisitivo quanto à qualidade da educação oferecida nas quatro últimas séries. Retrata o incentivo que os governos passados e o atual vêm dando à privatização do ensino básico. Os reflexos desta política são visíveis também nas es-

colas de 2º grau: reduzida oferta da educação, turmas excessivamente numerosas, mestres sobrecarregados em suas tarefas, um enciclopedismo ou uma profissionalização que não atendem nem aos interesses do aluno nem aos da sociedade, em tudo e por tudo contribuindo para o florescimento da rede particular.

E mais: a política educacional para o supletivo no DF vem seguindo à risca a falaciosa concepção que presidiu à criação desta forma de ensino. Os cursos supletivos do DF não fornecem ao estudante o necessário apoio pedagógico para a recuperação de sua escolaridade, perda nas desigualdades sócio-educativas de que foi vítima no passado. Quanto ao ensino especial, destinado às crianças excepcionais, falta pessoal habilitado e, quando este está presente, sua formação ainda deixa muito a desejar. O ensino superior não está ligado diretamente ao Governo do DF. Mas nem por isto, o futuro governo deverá omitir-se nesta área. A única instituição pública — a Universidade de Brasília — vem mantendo suas vagas em número praticamente constante ao longo dos anos recentes. Apesar de uma tendência ascendente de demanda por educação superior. E, além disto, a UnB está completamente fechada à comunidade. Na rede privada, que cobra vultosas anuidades, os padrões de ensino vêm-se deteriorando ao longo do tempo e os professores vêm recebendo salários e enfrentando condições de trabalho inaceitáveis.

Na formação de professores para o ensino de 1º e 2º graus no DF vem predominando o adestramento para o domínio das técnicas do ensino, negando-se ao futuro mestre a necessária oportunidade de fazer uma reflexão mais ampla a respeito da educação que lhe caberá ministrar e do contexto social em que esta educação ocorre. O magistério para as séries iniciais do 1º grau ainda é formado a nível de 2º grau em uma Escola Nor-

mal dominada pelo tradicionalismo e desvinculada da contribuição que a Universidade pode e deve dar ao preparo dos professores. No plano institucional, inclusive pela proximidade do Governo Federal, a gestão do ensino no DF vem-se caracterizando por processos e mecanismos decisórios de cunho autoritário e adotados em detrimento da educação pública. A Secretaria de Educação tem sido apoiada por um Conselho de Educação cuja maioria não tem acompanhado o avanço do pensamento educacional no País não possui legitimidade perante a comunidade de educadores nem está comprometida com o ensino público. Diante deste quadro, o documento sugere transformações na estrutura de ensino do DF baseadas em três linhas-mestras: democratização do ensino, democratização dos processos decisórios, formação do magistério e sua valorização.

E para iniciar o debate sobre as propostas do documento, nada melhor do que Judite Cortesão, uma mulher excessivamente viva e desenquadrada. Em sua malícia de fina elegância, ela resolve o cerimonial de referências em duas frases: "Ecóloga, viajou por vários países, trabalhou a vida inteira em educação, ama os pássaros. Pronto, está bom, não?". Ela considera o documento corretíssimo do ponto de vista da análise das estruturas dos vários níveis de educação no DF. Agora, se o diagnóstico é correto, há uma lacuna ao não se apontar as soluções. É preciso um aprofundamento filosófico no debate sobre educação. Judite se arrisca a sugerir alguns pontos para a discussão.

Em primeiro lugar, ela observa que todos os regimes repressivos se baseiam em uma cultura de análise e não de síntese. Uma cultura com ênfase excessiva na análise interessa diretamente a este tipo de regime. Um exemplo: de cultura de análise: a ênfase excessiva que o ensino de Biologia na universidade atual dá à taxinomia. Um

exemplo de cultura de síntese: o estudo do comportamento animal ou vegetal. "A primeira coisa a ser feita é introduzir o espírito de síntese nos currículos. Porque é o espírito de síntese que leva ao questionamento"; Uma das consequências imediatas da ênfase excessiva do espírito de análise é eliminação da pesquisa de campo e da observação nas escolas: "E isto deve começar desde o pré-escolar, não só por beneficiar o conhecimento global da vida, mas também por favorecer a análise da realidade social e histórica".

Um ponto que interessa diretamente a Brasília. A característica polétnica do País sempre foi ignorada quando não deliberadamente marginalizada do circuito da educação formal. A importância extrema do passado e cultura indígenas, negras, ciganas, gaúchas (abrangendo todo o pampa: Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina) nunca mereceu atenção: "O País tem de assumir a riqueza de sua cultura polétnica. Nós temos uma língua comum a um território imenso, isto é maravilhoso, mas também recobre o cintilar das multifacetadas étnicas. O País não é composto senão administrativamente por Estados e distritos. Isto são abstrações que não correspondem à riqueza das diversas culturas de minorias sociais que compõem o País. O País é composto de 4 mil municípios com uma microcultura e com uma ecologia tão ricas que isto tem de transparecer nos projetos de educação, visando valorizar os dialetos, o caráter da paisagem, enfim, o patrimônio étnico e histórico de uma região. É preciso que a educação assuma corajosamente as tarefas de refletir, desenvolver e projetar os fenômenos culturais específicos".

Para Judite, é precisamente a confluência de representantes das comunidades étnicas de todo o Brasil que torna Brasília uma experiência única no País.

Os jovens que chegam de outros lugares e vivem felizes (ou infelizes) entre blocos e pilotis não têm raízes com o Cerrado. "É indispensável em Brasília incentivar a pesquisa e a observação de campo, de maneira a que os jovens criem laços de identificação e proteção com o meio ambiente". Um aspecto que vale a pena abordar é a informática. Antes de qualquer consideração, Judite registra: "Deus sabe que eu adoro a matemática. Entretanto, é bom não esquecer: o Brasil deu um pulo de uma civilização oral/medieval para uma civilização informática sem passar pela galáxia de Gutemberg/leitura tradicional. Este pulo é um dos fenômenos mais perigosos de desestruturação do pensamento" — comenta Judite.

Participação da comunidade no processo das decisões? Isto implica em um trabalho comunitário de aglutinação, análise crítica e de possibilidades concretas de participação nos vários níveis de decisões. E isto tudo ainda é um trabalho a ser feito. O País passou, nas últimas décadas, por um esvaziamento significativo e a transformação deste quadro é um trabalho para meses, anos e até mesmo décadas — argumenta Judite. "Não se pode utilizar soluções simplistas para uma realidade complexa. Até mesmo modificações jurídicas como a da constituinte requerem um tempo mínimo". Uma experiência fundamental neste processo de reintegração do aparato institucional da educação aos interesses da sociedade são as comunidades de base e as associações de bairro. O número de habitantes ligados, de alguma forma, a elas chega ao número de quase 20 mil. "E a expressão comunitária mais importante no papel da escola" — diz Judite. A escola para ter um significado especial deve se integrar em um binômio onde possa ensinar para a comunidade e onde a comunidade também possa ensinar para a escola.